

Processo de Descentralização de competências

Proposta de rejeição da transferência de competências para o município de Lisboa em 2019/2020

Considerando que:

- i. Nos termos da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, se estabelece o quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local;
- ii. A transferência das novas competências, a identificação da respetiva natureza e a forma de afetação dos respetivos recursos são concretizadas através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da administração direta e indireta do Estado, os quais estabelecem disposições transitórias adequadas à gestão do procedimento de transferência em causa;
- iii. Nos termos do artigo 4.º do referenciado diploma, a transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais é efetuada em 2019, admitindo-se a sua concretização gradual nos termos nele previsto, sem prejuízo de se considerarem transferidas para as autarquias locais e entidades intermunicipais até 1 de janeiro de 2021;
- iv. Conforme vem definido nos vários diplomas sectoriais, as autarquias locais e entidades intermunicipais que não pretendam a transferência das competências no ano de 2019 deverão comunicar esse facto à Direção-Geral das Autarquias Locais (DGAL) nos prazos que neles se encontrarem definidos, sendo que no caso de não pretenderem a transferência das competências no ano de 2020 deverão comunica-lo à DGAL até 30 de junho de 2019;

- v. Para o exercício das novas competências transferidas são previstos os recursos financeiros a atribuir, os bens móveis e imóveis afetos a áreas cujas competências são transferidas para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais que passam também a ser geridos pelas mesmas, devendo os diplomas legais de âmbito setorial respetivos estabelecer, quando necessário, os mecanismos e termos da transição dos recursos humanos afetos ao seu exercício;
- vi. Nos termos da proposta de transferência de competências n.º 19/CM/2019 que vem agora para deliberação, e com referência aos 11 Decretos-Leis setoriais publicados até à presente data, a mesma refere que algumas das competências já estão a ser desempenhadas pelas autarquias, nomeadamente pela de Lisboa, ao abrigo de contratos interadministrativos, cuja vigência cessará no momento em que Municípios, freguesias e Entidades Intermunicipais assumam as competências previstas na Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto;
- vii. No nosso entender, a descentralização de competências deve ser acompanhada de um processo ponderado, informado, debatido e amplamente consensualizado com os municípios envolvidos, bem como acompanhado dos recursos financeiros e recursos humanos adequados à especificidade da natureza das matérias envolvidas;
- viii. Com efeito, e em áreas tão sensíveis como no domínio da justiça, os municípios passam designadamente a ter competências ao nível da prevenção e combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica, assim como no apoio às vítimas de crimes, quando entendemos que o município não está neste momento em condições de as assegurar, designadamente ao nível dos recursos financeiros e humanos;
- ix. Também nos termos do diploma supra referenciado, a transferência de competências noutras áreas tão fundamentais como a Educação, Saúde e Cultura acompanhada de um financiamento insuficiente poderá onerar os órgãos dos municípios com um esforço financeiro significativo, para além de se desconhecer os contornos efetivos da transferência de receitas para as autarquias, o que irá comprometer a desejável e

necessária concretização destas matérias. Neste ponto, não podemos deixar de salientar a natureza social e a emanção constitucional das referidas matérias, o que faz com que o seu tratamento deva ser conducente com a sua natureza e consequentemente deverão os meios a alocar ser prioritários e adequados a esses mesmos fins;

- x. Em suma, e porque um processo de descentralização deve ter como objetivo fundamental a melhor prossecução do interesse público e por conseguinte melhorar a qualidade de vida das pessoas que visa servir, o mesmo deverá ser objeto de uma análise ponderada e cuidada que acautele devidamente todas as obrigações e encargos que recairão sobre o município, sendo que, e até total clarificação das competências atualmente exercidas por via de contratos interadministrativos, dos meios humanos e financeiros atualmente afetos ao exercício das mesmas, não podemos aceitar a transferência de competências constante da proposta de transferência de competências acima referida.

Deste modo, a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua sessão de 29 de janeiro de 2019, delibera e comunica à Direção Geral das Autarquias Locais nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 4.º da Lei n.º 50/2018 de 16 de agosto:

Rejeitar a transferência de competências para o Município de Lisboa, em 2019 e 2020, constantes dos Decretos-Leis setoriais em vigor.

O Grupo Municipal

do Pessoas - Animais – Natureza



Miguel Santos



Inês de Sousa Real